

ECOS DO BRASIL

Ecoss do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português, de *Omar Ribeiro Thomaz*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002, 360 pp.

João Vasconcelos

Como anuncia seu subtítulo, o livro de Omar Ribeiro Thomaz — versão ligeiramente modificada da tese de doutorado em Antropologia Social que defendeu na USP em 1997 — tem por objeto central a análise de representações produzidas em Portugal acerca do "Terceiro Império". Essa designação foi consagrada pelo historiador Gervase Clarence-Smith para referir o último ciclo da expansão imperial portuguesa. O Terceiro Império começou a esboçar-se após a independência do Brasil, colônia que constituía o sustentáculo do Segundo Império no decurso dos séculos XVII e XVIII, e concretizou-se no esforço de ocupação colonial efetiva de territórios africanos nos quais, até então, o domínio português se limitara essencialmente às praças comerciais do litoral. A viragem para a África demorou longas décadas e atingiu seu apogeu durante o regime ditatorial do Estado Novo (1933-74). Mas foi também nesse período que o império africano começou a vacilar, a partir dos anos 1950, com a eclosão de movimentos independentistas nas colônias e o acúmulo de pressões internacionais a favor da descolonização.

Em 1961, dois acontecimentos marcaram o princípio do fim do império: a tomada pela Índia das possessões quinhentistas de Goa, Damão e Diu e a deflagração de uma desgastante guerra colonial na

África, que duraria mais de uma década. A revolução de 25 de abril de 1974, levada a cabo por oficiais intermédios do exército português, pôs fim ao Estado Novo e à guerra colonial e desencadeou a independência política dos territórios africanos de Angola, Guiné e Moçambique e dos arquipélagos atlânticos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Bem mais a oriente, o fim da ditadura precipitou a anexação pela Indonésia da metade leste da ilha de Timor, que era então colônia portuguesa. O Terceiro Império chegava dessa maneira ao fim. A soberania de Portugal ficou confinada ao retângulo ocidental da Península Ibérica, aos arquipélagos dos Açores e da Madeira e à cidade chinesa de Macau, que se conservou sob administração portuguesa até 1999¹.

No primeiro capítulo do livro, Omar Thomaz ensaia uma síntese do processo de gestação dessa derradeira aventura imperial. Trata-se no essencial de um capítulo de revisão historiográfica, escorado em trabalhos de estudiosos do império africano português como Clarence-Smith e Valentim Alexandre, que oferece ao leitor brasileiro uma introdução competente à matéria. Como refere o autor, muito embora o "sonho africano" tenha começado a configurar-se em Portugal após a abertura dos portos brasileiros ao livre-comércio e sobretudo depois da independência do Brasil, várias circunstâncias o protelaram durante décadas. Thomaz realça duas delas:

(1) Não sendo portanto "uma cidade chinesa ainda sob administração lusitana", como por lapso se escreve em *Ecoss do Atlântico Sul* (p. 273). O intervalo de cinco anos entre a conclusão da tese e sua publicação em livro explicam esse lapso: em 1997 Portugal ainda administrava Macau, mas em 2002 a China adquiriu soberania sobre o território.

a persistência até o terceiro quartel do século XIX do lucrativo comércio atlântico de africanos escravizados e o fato de o Brasil independente ter continuado a sorver o grosso da emigração portuguesa. Esses trânsitos persistentes entre Portugal e a antiga colônia sul-americana consumiram boa parte dos capitais e recursos humanos que seriam necessários encaminhar para a nova colonização africana.

A transição do Segundo para o Terceiro Império não foi portanto imediata; bem ao contrário, foi uma inflexão lenta e recheada de impasses, hesitações e projetos políticos que esbarravam com interesses adversos. Mas a verdade também é que a viragem de Portugal para a África não ocorreu com grande defasagem em relação às dos restantes países europeus que se perfilavam como potências coloniais na região no último quartel do século XIX — Grã-Bretanha, Alemanha, França e Itália. Até a década de 1870 a presença europeia na África tinha um caráter sobretudo mercantil, confinando-se ao controle de entrepostos comerciais costeiros². Foi no decurso daquela década que a integração da África no sistema capitalista se intensificou por via de um novo tipo de colonização, que implicava a ocupação efetiva dos territórios. Ao mesmo tempo, foi-se esboçando a doutrina segundo a qual a legitimidade do domínio colonial se fundava precisamente na ocupação e controle efetivos das possessões ultramarinas, doutrina que se tornou particularmente influente após a Conferência de Berlim de 1884-85, da qual resultou o plano de uma nova partilha do continente africano pelas potências europeias.

Omar Thomaz salienta o papel determinante que a conjuntura política internacional do final do século XIX desempenhou no empurrão de Portugal para a África. No momento em que se jogava a partilha do continente africano, Portugal detinha "direitos históricos" que advinham de uma presença de cerca de quatro séculos nas costas de Moçambique, Angola e Guiné e nos arquipélagos de São Tome e Príncipe e Cabo Verde. Todavia, com uma economia assente numa agricultura em crise e um desenvolvimento industrial incipiente, encontrava-se numa situação francamente desfavorável para competir

com o investimento colonial que um país como a Grã-Bretanha, por exemplo, estava em condições de levar a cabo. Não obstante, no rescaldo da Conferência de Berlim, Portugal avançou com um projeto de constituição de uma colônia gigantesca que abarcaria o território compreendido entre a costa atlântica de Angola e a contra-costa indica de Moçambique, que deveria vir a chamar-se África Meridional Portuguesa. Esse projeto — que ficou conhecido como "Mapa Cor-de-Rosa", por causa da cor que se usou para representar a área reclamada — foi apresentado em 1886. E deparou-se de imediato com a oposição intransigente da Grã-Bretanha, uma vez que a faixa territorial que os portugueses pretendiam estorvava a pretensão britânica de controlar um corredor de norte a sul do continente entre as cidades do Cairo e do Cabo. Perante o ultimato britânico de 1891, e após cinco anos de conflito diplomático entre Lisboa e Londres, Portugal acabaria por abdicar da desejada África Meridional e resignar-se a possuir os territórios cujas fronteiras correspondem sensivelmente às dos atuais Estados de Angola e Moçambique.

O ultimato de 1891, e depois os acordos de 1898 e 1912-13 entre a Grã-Bretanha e a Alemanha com vista à partilha entre ambas das colônias portuguesas, tiveram grande eco em Portugal e foram sentidos como ultrajes à dignidade e à integridade nacionais. Como assinala Omar Thomaz, retomando uma tese enunciada por Valentim Alexandre, a ameaça das grandes potências europeias do final do século XIX sobre as colônias portuguesas promoveu uma forte mobilização nacionalista na qual as idéias de "nação" e "império" se soldaram, formando um composto maciço e duradouro que atravessou a Primeira República portuguesa (implantada em 1910), a ditadura militar (1926-33) e o Estado Novo³. A integridade do Império tornar-se-ia um assunto praticamente indiscutível até a eclosão dos movimentos independentistas africanos em meados do século XX.

A implantação do colonialismo moderno na África e a cobiça dos potentados europeus pelas colônias portuguesas não foram os únicos fatores da conjuntura internacional que impeliram Portugal a realizar o sonho africano. Thomaz destaca também a importância da relação tensa entre Portugal e a vizinha Espanha. Em ambos os países havia setores

(2) Cf. Teixeira, Nuno S. "Colônias e colonização portuguesa na cena internacional (1885-1930)". In: Bethencourt, Francisco e Chaudhuri, Kirti (orgs.). *Do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998 (*História da expansão portuguesa*, vol. 4), p. 498.

(3) Alexandre, Valentim. *Origens do colonialismo português moderno, 1822-91*. Lisboa: Sá da Costa, 1979, p. 6.

intelectuais e políticos que defendiam uma união ibérica — nos moldes de uma confederação de Estados — como panacéia para a decadência que os dois povos peninsulares vinham experimentando com a perda das respectivas colônias sul-americanas. Esse sonho iberista, contudo, deparava-se com forte resistência em Portugal. O iberismo tendia a ser encarado como uma ameaça de transformação do país numa província da Espanha e como uma reedição da união dos reinos de Portugal e de Castela e Leão que vigorara entre 1580 e 1640 e que era correntemente representada como uma usurpação espanhola. O nacionalismo que acabou por vingar à sombra dessas ameaças envolvia um forte sentimento antiespanhol. E, como observa Thomaz, o antiespanholismo do final do século XIX e começo do XX constituiu um combustível adicional para a fusão entre nacionalismo e imperialismo: "o dilema que se colocava então — 'império' ou 'província' — associaria definitivamente a 'nação' ao 'império'" (p. 56)⁴.

Apresentado o cenário da gênese do terceiro império português, o segundo capítulo de *Ecos do Atlântico Sul* conduz-nos à matéria que constitui o cerne do livro: a imaginação do império, em particular as representações que foram produzidas e circularam entre as décadas de 1930 e 40. Ou, noutros termos, a constituição durante esse período daquilo que Omar Thomaz designa de forma feliz como uma "cultura do império". Começando por apresentar o historial de duas instituições basilares na produção de saberes coloniais — a Sociedade de Geografia de Lisboa (fundada em 1875) e a Escola Superior Colonial (fundada em 1906) —, o autor dedica a maior parte desse capítulo a resumir e analisar os conteúdos dos discursos apresentados em dois colóquios importantes: as Conferências de Alta Cultura Colonial de 1936 e o Congresso Colonial de 1940, que decorreram em Lisboa.

Nos discursos dos participantes das Conferências de 1936 Thomaz identifica regularidades tais como a apologia da expansão portuguesa em virtude da sua contribuição para o incremento do conhecimento do mundo; a referência ao "espírito cristão" do empreendimento imperial; a observação do paradoxo da coexistência da expansão imperial com a

pobreza do colono e da pátria portuguesa, e a sua explicação teleológica como fruto do "gênio português" ou mesmo em termos de missão divina; a interpretação da mestiçagem como demonstração da inexistência de preconceito racial entre os portugueses ou a defesa da brandura relativa da escravidão praticada pelos colonizadores portugueses em comparação com a de outros colonizadores e a dos próprios africanos.

O ano de 1940, quando se realiza o Congresso Colonial, pode ser considerado o momento de apogeu da idéia imperial moderna em Portugal. O Congresso Colonial foi uma das nove subdivisões do Congresso do Mundo Português, que decorreu durante a Exposição do Mundo Português (analisada no quarto capítulo). Esta foi o ponto alto das comemorações do denominado "duplo centenário": o oitavo centenário da fundação da nacionalidade portuguesa e o terceiro da restauração da independência após sessenta anos de domínio espanhol. No Congresso Colonial, os temas mais visitados pelos discursos dos participantes foram a mestiçagem (avaliada de forma ambivalente, consistindo a tendência dominante em vê-la como positiva no Brasil mas a evitar na África) e o trabalho compulsivo dos indígenas (em relação ao qual também não havia consenso). Segundo o autor, esses desacordos "não punham em questão, contudo, a necessidade inalienável de Portugal manter-se no ultramar. A cultura do império assim o exigia: é da essência de Portugal e dos portugueses transpor-se para corpos e terras distantes; quanto à melhor forma de concretizar a 'antropofagia' lusitana, para isso se reuniam os intelectuais nos congressos" (p. 144). Tanto nas Conferências de 1936 como no Congresso de 1940, "expansão e colonização eram representadas como movimentos que diziam respeito à essência da nacionalidade portuguesa" (p. 143).

Parece-me importante salientar aqui que nem o consenso quanto à missão imperial dos portugueses na África nem as divergências quanto às formas da sua concretização constituem um corpo de idéias que deva se circunscrever às décadas de 1930 e 40. Não há dúvida de que é nesse período do Estado Novo que a "cultura do império" alcança maior popularidade, por razões que Omar Thomaz assinala e das quais falaremos em seguida. Mas as convicções, as variações e as incertezas que configuram essa cultura prolongam no essencial aquelas que vinham circulando pelo menos desde o tempo do ultimato brita-

(4) A defesa das possessões africanas e da independência em face da Espanha foi um dos principais motivos que levaram Portugal a entrar na I Guerra ao lado da Grã-Bretanha e seus aliados.

nico. O historiador Yves Léonard é um dos estudiosos que sublinha a continuidade da ideologia colonial de 1890 a 1930 durante o Estado Novo, descrevendo-a como uma ideologia complexa e múltipla, que "oscila entre um humanismo eivado de ideais filantrópicos e um colonialismo pragmático marcado por um 'darwinismo social'"⁵. Ao discutir a idéia imperial, elemento-chave dessa ideologia, João Carlos Paulo mostra-se igualmente contrário às teses que nela vêem "uma criação do Estado Novo, nalguns casos com filiações em correntes conservadoras e autoritárias do republicanismo, noutros por importação das teses do imperialismo fascista italiano", argumentando, sem negar a importância dessas influências, que "a visão imperial do colonialismo português se encontra latente na cultura colonial portuguesa que antecede o Estado Novo".

Isso não obsta a que as décadas de 1930 e 40 devam ser encaradas, como justamente o são por Omar Thomaz, como o período "da afirmação do moderno império colonial português" (p. 85). É nesse período que finalmente se concretizam velhos mas até então sempre gorados planos de colonização branca de Angola e Moçambique. Nunca a idéia imperial fora tão urgente, e ao mesmo tempo tão verossímil, como nessa conjuntura em que o Estado conseguia por fim conduzir dezenas de milhares de portugueses a materializarem-na em suas próprias vidas, embarcando voluntariamente para a África como colonos. Thomaz relaciona convincentemente o avanço da colonização branca de Angola e Moçambique com o incremento da produção e difusão de saberes coloniais sobre a África, e sobretudo com a proliferação dos dois tipos de representações do Império: a chamada "literatura colonial" e as exposições coloniais, que constituem os objetos dos capítulos 3 e 4, respectivamente.

A emergência de um gênero literário específico denominado "literatura colonial" ou "ultramarina" é uma novidade indiscutível desse período histórico. Como escreve o autor, "é a partir da década de 1930 que prolifera esse 'novo' tipo de literatura aferrada ao 'exótico' das terras africanas, às aventuras próprias do

continente, à caça e ao suposto cosmopolitismo do império. [...] Seu herói: o colono português" (p. 155). Os surgimentos simultâneos de uma literatura que tem como herói o colono português e de colonatos brancos em Angola e Moçambique não são mera coincidência. Em vez de intentar fazer um retrato de conjunto da literatura colonial portuguesa, Omar Thomaz opta por se concentrar na obra de um dos seus mais notáveis e fecundos representantes: Henrique Galvão (1895-1971).

Galvão foi uma pessoa singular. Militar de carreira, entrou na vida política fazendo parte do "grupo de entusiasmados jovens nacionalistas que viu na ditadura militar e no Estado Novo nascente a concretização de suas aspirações: transformar Portugal novamente numa grande nação, ciente da sua missão e senhor de um grande império" (p. 158). Imperialista convicto, organizou a Primeira Exposição Colonial Portuguesa (Porto, 1934) e a Exposição Colonial de 1940. No decurso dos anos 1940, todavia, suas opções políticas deram uma guinada radical: Galvão tornou-se um dos mais carismáticos anti-salazaristas e anticolonialistas do seu tempo, e em 1961 protagonizou o quixotesco seqüestro do paquete Santa Maria, que teve por objetivo denunciar ao mundo a falta de liberdade política que reinava no Portugal salazarista⁷.

A exposição e a análise da obra literária do "primeiro" Henrique Galvão que Omar Thomaz empreende no capítulo 3 proporcionam ao leitor uma viagem extremamente instrutiva e sensual pelo imaginário do Império. Nesse capítulo eu destacaria a leitura que o autor faz de "O paraíso das quarentonas", uma das crônicas publicadas no livro *Em terra de pretos* (1929). Trata-se de uma crônica satírica, escrita nos alvares da colonização branca de Angola, na qual Galvão propõe que ela se faça com o excedente de mulheres velhas, feias e solitárias da metrópole, que na colônia passariam por mais novas e seriam muito desejadas por causa da brancura de sua pele. Essa crônica, escreve Thomaz, é reveladora da visão imperial de Portugal que Galvão acalentava: "Da mesma forma que para as mulheres feias, velhas e estrábicas o único futuro possível feliz era a África, também para Portugal sua única realização eram as

(5) Léonard, Yves. "A idéia colonial, olhares cruzados (1890-1930)". In: Bethencourt e Chaudhuri (orgs.), op. cit., p. 521.

(6) Paulo, João Carlos. "Cultura e ideologia colonial". In: Oliveira Marques, A.H. (org.). *O império africano, 1890-1930*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001 (*Nova história da expansão portuguesa*, vol. 9), pp. 87-88.

(7) O leitor interessado em saber mais sobre a vida e o pensamento de Henrique Galvão poderá complementar a leitura do capítulo que Thomaz lhes dedica com o estudo de Luís Farinha: "Henrique Galvão e o império". *História*. Lisboa: Publicultura, n° 21, 2000, pp. 18-28.

colônias africanas. [...] Tal como uma quarentena que aparenta haver perdido o seu vigor sexual, Portugal na África retomaria o seu vigor" (p. 174).

Não me parece inoportuno comparar essa imagem de uma África pulsante de sexo que vem revitalizar a metrópole senil com uma outra fantasmagoria de Galvão: a do canibalismo africano, desenvolvida no livro *Antropófagos* (1947). A aceitação acrítica por Galvão e outros europeus das acusações e confissões de canibalismo que ouviam na África — que eram no mais das vezes fruto de traduções desgraçadamente literais da metáfora do "comer", central no idioma da baixaria — os levava a fixar-se no alegado canibalismo dos africanos com um deslumbramento horrorizado. E essa animalização dos africanos por meio do canibalismo funcionava, conforme a análise de João Pina Cabral, "como uma validação para as atitudes repressivas do poder colonial"⁸. A África libidinal e a África canibal configuram duas fantasmagorias distintas mas têm um denominador simbólico comum: em ambas estamos perante um excesso de natureza, ou uma natureza em excesso. Esse excesso pode regenerar (uma nação exaurida ou velhas solteironas, por exemplo), mas pode também destruir a humanidade, tornando-se imperativo nesse caso a sua repressão.

No capítulo 4, Omar Thomaz faz de cicerone numa visita ao último dispositivo de imaginação do Império que é contemplado no livro: as exposições coloniais. Inaugurado com a Exposição Universal de Londres de 1851, esse tipo de evento, afirma o autor, "foi ganhando particularidades e as diferenças entre os distintos projetos coloniais se explicitaram cada vez mais". Assim, "se o exotismo e a alteridade representaram o aspecto central de todas as exposições, no caso francês e também no caso norte-americano (e, como veremos, no caso português) procurou-se, com o tempo, enfatizar a assimilação dos nativos. O sucesso da missão colonial francesa e do colonialismo interno norte-americano estava diretamente relacionado à assimilação cultural: expunham-se, nos pavilhões, nativos vestidos à moda européia e com hábitos ocidentais, o que era motivo de estranheza para os visitantes britânicos" (pp. 206-207).

Focando o caso português, Thomaz detém-se em duas exposições: a Exposição Colonial do Porto de

1934 e a Exposição do Mundo Português de 1940. A elucidação das orientações ideológicas, das estratégias expositivas e da recepção pública (tal como a imprensa a ecoou) dessas exposições é complementada com uma iconografia abundante. Reproduções de postais, cartazes e fotografias das exposições auxiliavam o leitor a melhor imaginar a "cultura do império" da época salazarista. Em ambos os empreendimentos Thomaz descortina uma combinação tensa entre exotização e assimilação dos sujeitos coloniais. Essa combinação relaciona-se com uma das idéias fortes que vai sendo retomada ao longo do livro e que fica bem clara nas considerações finais do capítulo 5. O autor identifica aí o seguinte paradoxo constitutivo do colonialismo português na África nas décadas de 1930 e 40: "Se a 'razão de ser' de Portugal era a 'transusão de almas' para gentes exóticas, esta nunca deveria se realizar plenamente. O Estado Novo garantia, assim, na fixação dos 'usos e costumes' dos indígenas os mecanismos que impediriam sua 'assimilação total'. Tal procedimento poderia, contudo, colocar em risco a 'auto-imagem' do projeto civilizador português — afinal, se não se ensina nada aos indígenas, ou muito pouco, não seria a colonização portuguesa um fracasso? Tratou-se, então, de valorizar os 'usos e costumes' nativos e transformá-los em 'riqueza' (de Portugal). Buscava-se dessa forma perpetuar o império — e sua estrutura hierárquica — e, assim, garantir, no gradualismo da 'transusão das almas', a própria existência da nação portuguesa nos quatro cantos do mundo" (p. 277).

O gradualismo da "transusão das almas" de que se fala aqui era aquele consagrado pelo regime do indigenato que vigorou até 1961 nas colônias africanas (com exceção de Cabo Verde). O indigenato excluía da cidadania portuguesa a larga maioria dos africanos, mas admitia a possibilidade de que estes a adquirissem por meio da "assimilação". Era por isso, em teoria pelo menos, escreve Thomaz, uma solução "gradualista" e não radicalmente segregacionista. A oscilação entre um registro exotizante e um registro assimilacionista nas representações do Império pode então ser entendida como correlata dessa ambivalência escorregadia entre segregação e cidadania que caracterizava o regime do indigenato.

Na comparação que faz da exposição de 1934 com a de 1940 o autor identifica também algumas diferenças. Na primeira, destaca como motivo forte a celebração da capacidade que a colonização portuguesa teria de tornar portugueses gentes de todas

(8) Pina Cabral, João de. "Galvão na terra dos canibais: a constituição emocional do poder colonial". *Novos Estudos*, n° 57, 2000, p. 139.

as raças, sobretudo por via da propagação da fé católica — "a colonização adquire aqui um sentido moral elevado: trata-se da salvação das almas" (p. 223). Já a exposição de 1940 assentou num outro desafio, o de "combinar o *moderno* — cosmopolita — ao *nacional* e *nacionalista*" (p. 248). Um desafio que se deveu muito ao fato de que um dos organizadores do evento foi o intelectual modernista Antônio Ferro, um dos principais responsáveis pela propaganda do Estado Novo português. Na narrativa que impregnava a Exposição do Mundo Português, "o Estado Novo corresponderia a um momento no qual se trataria de reatar o fio perdido da história; todo português seria portador de um 'espírito' e de um 'gênio' que traduziriam a grandeza da 'raça' em todos os tempos e espaços; Portugal seria resultado de um ato de fé e o Brasil sua grande realização no mundo e prova, no presente, do futuro da África portuguesa" (p. 251).

A invocação do Brasil como promessa do futuro da África portuguesa na grande exposição de 1940 é um dos mais notórios "ecos do Atlântico Sul" aos quais o título do livro se refere. Mas afinal que ecos são esses? Reunindo as referências que lhes vão sendo feitas ao longo dos cinco capítulos do livro, eu diria que se trata essencialmente de repercussões materiais e imaginárias da história do Brasil sobre a história do terceiro império português. No que concerne ao primeiro tipo de repercussões, ficou já referido atrás, por exemplo, o estorvo que a persistência de uma intensa circulação comercial e migratória entre Portugal e a antiga colônia sul-americana representou para a realização do império africano. De igual forma, a retração da demanda de mão-de-obra portuguesa pelo Brasil a partir do segundo quartel do século XX foi um fator decisivo para a concretização dos planos de colonização branca de Angola e Moçambique (cf. p. 70). Em virtude dessas circunstâncias, escreve Thomaz, nas décadas de 1930 e 40 "o Brasil era representado ainda como um 'entrave', na medida em que, até há bem pouco

tempo, havia sido o pólo de atração privilegiado de uma migração que se queria canalizar para as grandes colônias continentais africanas. Mas assumia também a forma de uma 'miragem' de progresso e mesmo de 'futuro possível', porquanto visto como um país dinâmico em via de superar o seu 'atraso' e que, de resto, teria bem solucionado conflitos raciais e culturais que assustavam outros países e tomavam rumos tenebrosos na Europa" (p. 277)⁹.

Como miragem de progresso, o Brasil impunha-se já nas representações oficiais do Terceiro Império ao tempo da Exposição do Mundo Português de 1940. Como arquétipo de uma alegada democracia racial lusotropical, sua integração no discurso político dominante ocorreria um pouco mais tarde, a partir da década de 1950¹⁰. Nas suas Considerações Finais, Omar Thomaz dá conta de como a teoria lusotropicalista de Gilberto Freyre viria a transformar-se nessa época numa teoria de cariz etnopsicológico sobre o gênio português que serviria para legitimar a persistência do último império colonial europeu. Nas palavras do autor, o sucesso da experiência brasileira "parecia garantir, num futuro próximo, a convivência de brancos, negros, indianos e chineses sob o signo de uma lusitanidade que tudo devorava no afã de constituir uma verdadeira comunidade portuguesa nos trópicos" (p. 286).

Embora ausente do território do terceiro império português, o Brasil emerge neste estudo, portanto, como um ator de primeira ordem na sua configuração econômica e ideológica. Outra lição que o livro de Omar Thomaz nos traz é que no período histórico em apreço o Atlântico Sul não foi uma caixa de ressonância cujos lados vibrassem por igual. Os sons viajavam muito mais de poente para nascente, do Brasil para Portugal e para a África, do que no sentido oposto. Eu me arriscaria a dizer que em muitos aspectos tal continua sendo a situação atual, pelo menos no que diz respeito à viagem das idéias. E creio também que a publicação deste estudo cuidado e cativante pode ser entendida como um contributo importante para inverter essa tendência unidirecional, ao vir revelar para o leitor brasileiro o papel capital que o seu país e as imagens do seu país jogaram nos destinos de tantos povos da outra margem do Atlântico.

(9) Acerca da imaginação da colonização brasileira como tipo ideal para a colonização africana nos séculos XIX e XX, é proveitoso cotejar o livro de Omar Thomaz com o estudo de Rui Ramos: "Um novo Brasil de um novo Portugal": a história do Brasil e a idéia de colonização em Portugal nos séculos XIX e XX". *Penélope*. Oeiras: Celta, n° 23, 2000, pp. 129-168.

(10) Cf. Castelo, Cláudia. "O modo português de estar no mundo": o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-61). Porto: Afrontamento, 1998.

João Vasconcelos é doutorando em Antropologia Social e assistente de pesquisa no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.